

Romanos 3 - A justiça de Deus pela fé em Jesus Cristo

Muitos consideram que a justificação é semelhante a um ato de juiz, onde Deus trata o pecador injusto como se fosse justo, porém, a pessoa não é realmente justa. Neste diapasão Scofield diz: “O pecador crente é justificado, isto é, tratado como justo por causa de Cristo (...) A justificação é um ato de reconhecimento divino e não significa tornar uma pessoa justa” C. I. Scofield, A Bíblia de Scofield com referências, nota à (Rm 3:28). (grifo nosso)

Romanos 3 - A justiça de Deus pela fé em Jesus Cristo

Introdução

Alguns dos argumentos do apóstolo Paulo são construídos com elementos da lógica quando ele sai em defesa do evangelho. Ex: “Porque a circuncisão é, na verdade, proveitosa, se tu guardares a lei; mas, se tu és transgressor da lei, a tua circuncisão se torna em incircuncisão. Se, pois, a incircuncisão guardar os preceitos da lei, porventura a incircuncisão não será reputada como circuncisão?” (Rm 2:25 -26).

A frase: “A circuncisão é proveitosa se o circuncidado guardar a lei”, é uma proposição composta em decorrência do conectivo ‘se’. O conectivo ‘se’ combina ideias simples e confere valores lógico à proposição, podendo este valor ser verdadeiro ou falso, dependendo da operação introduzida pelo conectivo.

Paulo demonstra aos cristãos em Roma que os judeus precisariam cumprir cabalmente a lei para que a circuncisão fosse válida diante de Deus. Como é impossível ao homem cumprir a lei, segue-se que a circuncisão dos judeus é inócua, ou melhor, sem valor algum. O ensino de Paulo está vinculado à duas considerações seguintes:

- a) tropeçar em um único quesito da lei é o mesmo que não cumprir a lei (Tg 2:10), e;
- b) a natureza da lei é incompatível com a natureza do homem: ela é espiritual e o homem carnal (Rm 7:14).

Ao considerarmos que a proposição: 'a circuncisão é proveitosa se o circuncidado guardar a lei', é verdadeira, segue-se que, se um 'incircunciso' guardar a lei, ele será reputado pelos judeus como 'circunciso'. A argumentação de Paulo estabelece uma equivalência lógica entre as proposições.

Paulo apresenta uma equivalência lógica na sua argumentação para demonstrar que judeus e gentios são iguais diante de Deus.

Em qualquer interpretação não podemos contrariar ou adaptar a ideia presente nas proposições segundo perspectivas humanas.

Quando Jesus disse: "[Entrai pela porta estreita...](#)", não podemos contrariar a ideia dizendo que 'a porta não é estreita'. Alegar que 'a porta não é estreita' não é correto, principalmente quando se introduz elementos que não são citados no texto. "A soberba do homem faz com que o caminho fique estreito" não é uma ideia presente no texto.

Jesus não apresentou elementos humanos em suas declarações. Ele falou acerca do caminho (é estreito), sem qualquer referência ao comportamento dos seus ouvintes, o que demonstra que não podemos considerar este elemento na hora de interpretarmos as suas declarações.

Se considerarmos que é o homem que faz 'o caminho estreito', como podemos entender a declaração de Cristo: "Eu sou o caminho..."? Observe que não há equivalência lógica entre as declarações de Cristo (Eu sou o caminho..., e; o caminho é estreito)e a interpretação de que é o homem quem faz o caminho estreito.

Observe que entre as declarações de Cristo (Eu sou o caminho...) e a interpretação de que o homem é quem faz o caminho estreito não há equivalência.

Jesus apresentou várias definições acerca da sua pessoa: Eu sou o bom pastor; Eu sou a porta; Eu sou o caminho; Eu sou a verdade e a vida, etc. Qualquer explicação que contrarie o que Jesus disse, deve ser considerado anátema, visto

que os falsos profetas introduzem heresias encobertamente heresias que negam a pessoa de Cristo.

Do capítulo três em diante, a carta de Paulo aos Romanos apresenta inúmeras proposições, e muitas serão introduzidas pelo conectivo 'se', estabelecendo uma equivalência lógica. Ao utilizar o conectivo 'se', Paulo não introduz uma dúvida ou uma 'possibilidade de', antes estabelece uma equivalência lógica entre a argumentação e uma proposição simples.

A argumentação: “Mas se a nossa injustiça faz surgir a justiça de Deus, que diremos?” (Rm 3:5), tem por base a proposição: ‘Deus não é injusto’ (Rm 3:6).

Com base na proposição: “Deus é justo”, Paulo estabeleceu uma nova proposição: “Deus não é injusto”, e dá sustentação à sua argumentação: “a nossa injustiça faz surgir a justiça de Deus”.

Agora, se quisermos estabelecer uma argumentação semelhante a de Paulo (a nossa injustiça faz surgir a justiça de Deus), não podemos estabelecer uma proposição ‘Deus não é justo’, da mesma maneira que contrariaram o que Jesus disse ‘o caminho não é estreito’.

1 QUAL é, pois, a vantagem do judeu? Ou qual a utilidade da circuncisão?

Após demonstrar que não há diferença entre judeu e gentil, pois ambos são homens e culpáveis diante de Deus, Paulo responde uma das questões que poderia ser levantada por seus destinatários: Qual é a vantagem de ser judeu, se não há diferença alguma quanto ao quesito salvação?

2 Muita, em toda a maneira, porque, primeiramente, as palavras de Deus lhe foram confiadas.

Há uma grande vantagem em ser judeu: a palavra de Deus foi confiada primeiramente a eles. Deus escolheu o povo de Israel para uma missão: tornar conhecido o nome de Deus sobre a face da terra, e em contra partida foi confiado a eles as Escrituras. Deus escolheu para o povo para uma missão, mas a salvação é individualizada.

Cada indivíduo pertencente à comunidade de Israel deveria circuncidar o coração conforme a determinação de Moisés, pois Deus não escolhe dentre os homens quem será salvo, mas escolhe quem haverá de desempenhar uma missão.

3 Pois quê? Se alguns foram incrédulos, a sua incredulidade aniquilará a fidelidade de Deus?

Alguém poderia questionar ainda: Qual a vantagem de ter recebido da palavra de Deus e não ser salvo? Paulo conclui: “Ora, não ser salvo é uma questão de incredulidade, e não de infidelidade da parte de Deus”. A incredulidade do homem não influencia os atributos de Deus: ele permanece fiel, mesmo quando o homem não crê em sua palavra.

4 De maneira nenhuma; sempre seja Deus verdadeiro, e todo o homem mentiroso; como está escrito: Para que sejas justificado em tuas palavras, E venças quando fores julgado.

Deus é verdadeiro em essência. Naturalmente Deus é verdadeiro e todos os homens mentirosos.

Paulo não fez referência a um comportamento reprovável dos homens: a mentira. Ele simplesmente contrapõe a natureza divina com a natureza humana decaída. Ou seja, nem todos os homens vivem contando mentiras, mas todos os homens são mentirosos em sua essência, pois deixaram de ser participantes da natureza divina, que é a verdade. O pecado de Adão causou esta separação entre Deus e os homens.

Paulo demonstra que a declaração: “Deus é verdadeiro sempre, e todo homem mentiroso”, é conforme as Escrituras. Ele cita o Salmo cinquenta e um, versículo quatro para demonstrar que Deus é verdadeiro e todo homem mentiroso (Sl 51:4).

Observe que o Salmo 51 demonstra um salmista que conhece as suas transgressões; ele reconhece que foi formado em iniquidade; que precisa de Deus para ser limpo no íntimo, visto que ele ama a verdade no íntimo. Quando há uma citação das Escrituras no N. T., devemos observar todo o texto, e não somente o

versículo citado.

Reconhecer que Deus é verdadeiro e que os homens são mentirosos é um louvor que não podemos nos furtar a conceder ao nosso Criador.

5 E, se a nossa injustiça for causa da justiça de Deus, que diremos? Porventura será Deus injusto, trazendo ira sobre nós? (Falo como homem.)

Quando consideramos que ‘toda ação tem uma reação’, chegamos à questão acima: a nossa injustiça é causa da justiça de Deus. Que argumentos utilizaremos quando ficar demonstrado que as injustiças DOS HOMENS são causa da justiça divina? Deus é injusto? A resposta é taxativa: De maneira nenhuma!

Desde o primeiro capítulo da carta aos Romanos Paulo fala dos homens que detém a verdade em injustiça, ou seja, os homens que rejeitam a verdade do evangelho. Paulo demonstra que o argumento que ele estava utilizando é semelhante ao homem descrito anteriormente (Falo como homem).

Paulo demonstra que o argumento utilizado é pertinente ao homem objeto de seu discurso: o homem natural. Paulo, apesar de ter sido justificado em Cristo (livre da ira), quando da argumentação utiliza o pronome na primeira pessoa do plural “nós” para falar da ira de Deus. Mas, como ele e os cristãos já não eram objetos da ira de Deus, Paulo destaca que está falando como homem, ou seja, ele estava falando como se ainda estivesse na sua condição de homem carnal e sujeito da ira de Deus.

6 De maneira nenhuma; de outro modo, como julgará Deus o mundo?

Deus não é injusto ao trazer ira sobre os injusto. Se alguém pensa diferente que o apóstolo, que apresente outro modo que Deus pudesse exercer a sua justiça. Qualquer tese apresentada deve estar em conformidade com as Escrituras.

7 Mas, se pela minha mentira abundou mais a verdade de Deus para glória sua, por que sou eu ainda julgado também como pecador?

Este versículo é um contra ponto ao versículo cinco. Naquele, a injustiça do homem que rejeita a verdade faz surgir a ira de Deus, e neste, o homem que reconhece o seu estado precário em mentira, recebe em abundância a graça de Deus em verdade.

No versículo cinco, Paulo fala de uma condição pertinente aos homens sem Cristo, e neste versículo, há uma condição pertinente à quem está em Cristo.

Se pela (minha) mentira, ou seja, condição de pecado que separou o homem da verdade que há em Deus, a verdade de Deus abundou mais em verdade para glória de Deus, Paulo questiona o motivo de ele ainda ser julgado como se fosse pecador.

É possível continuar sendo pecador após tornar-se participante da verdade abundante concedida por Deus? Se no versículo cinco questionavam a justiça de Deus por ela ser exercida sobre a injustiça dos homens, porque julgavam o apóstolo, e não Deus, quando sabiam que sobre ele a graça de Deus era abundante?

8 E por que não dizemos (como somos blasfemados, e como alguns dizem que dizemos): Façamos males, para que venham bens? A condenação desses é justa.

Paulo questiona os seus possíveis interlocutores: 'Vocês me julgam como se eu fosse pecador pelo fato de eu não dizer: façamos males, para que venham bens?'. Ora, quem diz 'façamos males, para que venham bens', receberá a condenação merecida.

Observe o exercício de interpretação bíblica utilizado nos versículos quatro e sete.

No versículo quatro Paulo enfatiza que todo homem é mentiroso. Ora, todos sabemos que nem todos os homens vivem da mentira. Paulo estaria falando do comportamento pernicioso, que é a mentira, ou da natureza do homem que não é conforme a natureza divina? Perceba que o salmo 51 demonstra que Deus se agrada da verdade no intimo do homem, ou seja, para que o homem seja verdadeiro há a necessidade de que seja limpo por Deus.

Após estabelecermos que a mentira do versículo quatro, não diz da mentira que os homens contam aos seus semelhantes, temos elementos para afirmar que a referência que Paulo faz à mentira no versículo sete, diz da sua antiga natureza segundo o pecado (por não ser participante da natureza divina que é a verdade, o homem é mentiroso).

Após demonstrar que onde havia pecado (mentira), abundou a graça (a verdade de Deus para a sua glória), Paulo coloca em xeque o julgamento que estavam fazendo de sua pessoa.

Condenação

Antes de prosseguirmos, faz-se necessário esclarecermos dois assuntos acerca de alguns temas que iremos estudar no decorrer do capítulo três da carta aos Romanos.

Em certa publicação brasileira, ao falar da justificação pela fé, o escritor recomenda um cuidadoso estudo dos versos 21 ao 31, arrematando que, nestes versículos estão contidos toda a doutrina fundamental do evangelho. Não me oponho a esta argumentação, mas não posso concordar com a argumentação seguinte:

“Quando o mundo está com a boca fechada, condenável (mas não condenado) perante Deus, então é que Deus revela uma justiça divina para os homens...”

McNair, S. E., A Bíblia explicada - 4ª Ed. - Rj: CPAD, 1983, Pág 407, Cap 3, § 4º.

Segue-se a pergunta: O mundo é ‘condenável’ ou ‘está condenado’ perante Deus?

A Bíblia é clara ao demonstrar que o mundo já está condenado perante Deus, mas quanto às obras, o mundo é condenável, visto que as ações dos homens ainda serão submetida à juízo.

Quando não se estabelece distinção entre a condenação em Adão (passado) e a retribuição decorrente das obras (condenável - futuro), não conseguiremos entender as argumentações paulinas.

Jesus demonstrou que o mundo está condenado, conforme se lê: “Quem nele crê não é condenado, mas quem não crê já está condenado, porque não crê no nome do unigênito Filho de Deus” Jo 3: 18.

Onde o mundo foi condenado? O mundo foi condenado em Adão, conforme Paulo descreve: “Pois assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens, para condenação...” (Rm 5:18). Por causa da ofensa de Adão, Deus estabeleceu o seu juízo e todos os homens tornaram-se condenados diante de Deus.

Esta condenação deu-se lá no Éden, e toda a humanidade está debaixo desta condenação (passado). A condenação em Adão comprometeu a natureza humana: o homem deixou de ser participante da natureza divina , que é vida, e passou a condição de morto, que é a separação da vida que há e é proveniente de Deus.

Agora, se o mundo está condenado, porque o mundo é condenável diante de Deus? De qual julgamento o apóstolo faz referência? O que será julgado?

Os versículos dezenove e vinte do capítulo três demonstra que o mundo é condenável (futuro) diante de Deus, visto que ninguém será justificado diante dele pelas obras da lei. Ou seja, quando se fala de obras o mundo é condenável, porém todos já estão condenados em Adão “...toda a boca esteja fechada e todo o mundo seja condenável diante de Deus. Pois isso ninguém será justificado diante dele pelas obras da lei” (Rm 3:19 -20).

Observe que o apóstolo Paulo desde o versículo dezoito do capítulo um, aponta as obras reprováveis dos homens que detém a verdade em injustiça, demonstrando que Deus recompensará a cada ser humano segundo as suas obras (Rm 2:6), e neste juízo não haverá aceção de pessoas (Rm 2:11).

Paulo aponta um juízo futuro, demonstrando que os gentios serão julgados, mesmo não tendo recebido um código de lei e perecerão, e os judeus, por terem um código, pela lei serão julgados, e como pecaram, também perecerão (Rm 2:12).

Este julgamento que será estabelecido quanto às obras, também trará ao conhecimento de todos os homens o juízo estabelecido em Adão, conhecerão que estão condenados diante de Deus “...entesouras ira para ti no dia da ira e da manifestação do juízo de Deus” (Rm 2:5).

O julgamento, quanto às obras, será realizado no tribunal do Trono Branco, conforme lemos em Apocalipse: “Os mortos foram julgados pelas coisas que estavam escritas nos livros, segundo as suas obras. O mar entregou os mortos que nele havia, e a morte e o inferno deram os mortos que neles havia, e foram julgados cada um segundo as suas obras” (Ap 20:12 -13).

Quando do Tribunal do Grande Trono Branco, os homens conhecerão que estão condenados em Adão, ou seja, será manifesto a eles o juízo de Deus que se deu no Éden, e quanto ao julgamento das obras, receberão o que entesouraram para si: ira e indignação (Rm 2:5 e 8).

Os salvos em Cristo também serão julgados quanto às obras no tribunal de Cristo, onde receberemos o que houvermos feito por meio do corpo... (2Co 5:10). Por isso o apóstolo Paulo fala que cada um será recompensado segundo as suas obras, tantos salvos, quanto perdidos (Rm 2:6).

Jesus disse que o mundo está condenado, e jamais podemos contrariar a sua afirmação conforme McNair o fez, ao dizer: “..mas não condenado”. O mundo está condenado, e ainda é condenável por causa de suas obras más, visto que as suas obras irão a julgamento, e será aquilatado a recompensa de cada um.

Ao falar como homem, Paulo faz a seguinte pergunta: “Será Deus injusto, trazendo ira sobre nós?” (Rm 3:5). Esta pergunta feita pelos homens demonstra que desconhecem o juízo estabelecido em Adão, e que todos estão condenados. A pergunta também demonstra que estes esperam um julgamento da parte de Deus, e que terão uma retribuição favorável quanto as suas “boas” ações.

Somente no dia da ira (manifestação do juízo de Deus) os homens conhecerão que estão condenados. Ao apresentarem as suas obras diante do tribunal, descobrirão que elas não servem para justificá-los, pois são trapos de imundícia (Rm 2:5 ; Rm 3:20).

Outro teólogo afirmou que:

“Os tempos futuros de Rm 3: 20 (porque ninguém será justificado com base nas obras da lei); 3:20 (Deus que irá justificar) talvez não sejam futuros autênticos, e sim gnômicos (lógicos). O (muitos serão colocados como justos), de Rm 5: 19 naturalmente é dito do ponto de vista da virada dos tempos e, portanto, já vale a respeito do presente (cf. v. 17, 21). Por outro lado também

o tempo presente nos enunciados em tempo presente de Gl 2: 16; 3: 11; 5: 4 não é um tempo presente autêntico, e sim presente atemporal do dogma, podendo, portanto, quanto ao assunto em questão, referir-se à sentença de Deus no juízo vindouro” Rudolf, Bultmann, Teologia do Novo Testamento, tradução Ilson Kayser, SP: Ed. Editora Teológica, 2004. (Foi suprimido os versos em grego).

Bultmann não negou o que Cristo disse, como fez McNair, porém, ao ler Rm 3:20, percebe-se que ele fez uma leitura equivocada, e criou dois tempos para a justificação: presente autêntico e presente lógico.

Para Bultmann, a justificação não é efetiva na vida do crente hoje, mas refere-se a uma sentença de Deus em um juízo vindouro. Percebe-se que ele ignorou o juízo estabelecido em Adão, e passou a considerar somente o julgamento vindouro, que será quanto as obras.

Observe que Bultmann não tem certeza quanto ao que expõe, e expressa ‘talvez, podendo’, etc.

Ao utilizar o verbo ‘será’ (futuro), o apóstolo Paulo procurou demonstrar o motivo da ineficácia das obras da lei **“Por isso ninguém...”** (v. 20).

Considerando que Paulo estava falando das obras reprováveis dos homens (judeus e gregos); considerando que todo o mundo é condenável (julgamento das obras - futuro); considerando o julgamento em Adão (juízo de Deus - passado), e que Paulo não está fazendo referência a tal juízo nestes dois versos; segue-se que ninguém SERÁ justificado por realizar o estipulado pela lei.

Como o julgamento das obras será no futuro, aquele que está condenado, não será justificado quando do julgamento de suas obras (condenável) (Rm 3:19 -20). Porém, quanto ao juízo em Adão, os cristãos, por intermédio da fé em Cristo, já estão justificados (são declarados justos e livres da condenação), conforme Jesus disse: **“Quem nele crê não é condenado...”** (Jo 3:18).

Utilizando o vocabulário criado por Bultmann, podemos assim dizer que a justificação se dá num presente autêntico **“...pois todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus, e são justificados gratuitamente...”** (Rm 3:23 -24). A justificação não se dará em um presente atemporal, e nem mesmo refere-se ao ‘juízo vindouro’ (julgamento das obras).

9 Pois quê? Somos nós mais excelentes? De maneira nenhuma, pois já dantes demonstramos que, tanto judeus como gregos, todos estão debaixo do pecado;

Paulo volta a sua argumentação ao primeiro versículo do capítulo três.

Para aqueles (judeus) que julgavam serem melhores que os gentios na questões relativos à salvação, Paulo faz a mesma pergunta do verso três: “pois quê?”. Somos mais excelentes que os gentios que adquirimos uma vantagem na conquista da salvação?

De maneira alguma os gentios foram protelados quanto à graça de Deus! Paulo enfatiza já ter demonstrado esta verdade “...pois já demonstramos que, tanto judeus como gregos, todos estão debaixo do pecado”, compare com Rm 2:12 .

10 Como está escrito: Não há um justo, nem um sequer.

Caso houvesse dúvidas quanto às declarações do apóstolo, ele invoca a autoridade das Escrituras.

Se as Escrituras dizem que ‘não há um justo, nem um sequer’, é porque não há exceção entre os homens, até mesmo por causa de nacionalidade. Não há um justo, e as Escrituras complementam: NEM UM SEQUER!

Mas, de onde, de que parte das Escrituras Paulo faz a afirmação categórica: “Não há um justo, nem um sequer”?

“Já pereceu da terra o homem piedoso, e não há entre os homens um que seja justo; todos armam ciladas para derramar sangue; cada um caça a seu irmão com a rede...” (Mq 7:2);

“E não entres em juízo com o teu servo, porque à tua vista não se achará justo nenhum vivente” (Sl 143:2).

A união das proposições presente em Miqueias e nos Salmos leva a conclusão de que não há ‘entre os homens um que seja justo’, pois diante de Deus ‘não se achará justo nenhum’.

11 Não há ninguém que entenda; Não há ninguém que busque a Deus. 12 Todos se extraviaram, e juntamente se fizeram inúteis. Não há quem faça o bem, não há nem um só.

Leia o Salmo quatorze e o cinqüenta e três antes de prosseguir na análise da carta aos Romanos.

Todas as citações feitas por Paulo estão diretamente vinculadas à ideia: 'Não há um justo, nem um sequer'. O versículo dez é uma conclusão de Paulo, que resume a ideia base que contém as Escrituras, diferente dos versículos que se seguem, que são citações '*ipsis literis*' das Escrituras.

As Escrituras é categórica: apesar de inúmeras religiões, não há quem busque a Deus. Dentre os homens não há quem entenda como buscar a Deus! Isto porque, todos se extraviaram (se perderam), e se fizeram inúteis.

Para entendermos este versículo, devemos nos lembrar que o único evento da história da humanidade que a Bíblia relata, na qual alguém se perdeu, foi lá em Adão. Através da queda de Adão, todos os homens, a uma só se fizeram inúteis.

Desde a queda não há entre os filhos dos homens quem faça o bem, sem qualquer exceção, o que demonstra que os judeus também se fizeram inúteis diante de Deus.

Não podemos confundir 'fazer o bem' e fazer 'boas ações'. Esta condição é possível a todos os homens e depende da vontade humana, enquanto aquela somente é possível quando se está em Deus, e está vinculada à natureza do homem.

Um comentário que consta da Bíblia Vida Nova aos versículos 10 a 18, na nota de roda pé, diz que:

“É uma prova da universalidade do pecado. 1) O pecado no caráter humano (vv 10- 12. 2) O pecado na conduta humana (vv 13- 17): a) em palavra (vv 13, 14); b) em ação (vv 15- 17). A Fonte do Pecado (v 18)”.

A prova da universalidade do pecado não esta no caráter e na na conduta dos homens. Tal prova encontra-se na morte que é comum a todos os homens “Pelo

que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram” (Rm 5:12). A fonte do pecado não está descrito no versículo dezoito, antes a origem do pecado é o diabo, e o pecado foi introduzido no mundo dos homens quando da queda em Adão.

O caráter e a conduta (palavra e ação) pernicioso do homem no pecado apenas decorre do fato de terem ‘conhecido a Deus’, e contudo, não se ‘importaram de ter conhecimento d’Ele’, e foram entregues ao sentimento pervertido, as paixões infames, e a concupiscência de seus corações (Rm 1:21 -32).

13 A sua garganta é um sepulcro aberto; Com as suas línguas tratam enganosamente; Peçonha de áspides está debaixo de seus lábios; 14 Cujas boca está cheia de maldição e amargura.

Leia o salmo cinco e o salmo cento e quarenta antes de prosseguir no estudo.

O apóstolo mescla várias citações das Escrituras, observe:

“A sua garganta é um sepulcro aberto” (Sl 5:9 b);

“Com as suas línguas tratam enganosamente; Peçonha de áspides está debaixo de seus lábios” (Sl 140:3).

O versículo quatorze é igual ao versículo dez, constitui-se em uma conclusão de Paulo com base nas Escrituras, e não é uma citação ‘ipsis literis’ como o versículos treze “Cujas boca está cheia de maldição e amargura”.

Por que a garganta dos homens é um sepulcro aberto? Porque, quando falam, expõe a podridão do pecado que compromete os seus corações. É por isso que precisam da circuncisão de Cristo, onde o coração enganoso é substituído por um novo coração.

Paulo não está tratando de questões morais ou comportamentais, como a mentira e o engano. Estes versículos não se referem aos comportamentos descritos em Romanos 1, versos 29 a 31. Estes versículos fazem referencia à natureza pernicioso do homem separado de Deus.

15 Os seus pés são ligeiros para derramar sangue. 16 Em seus caminhos há destruição e miséria; 17 E não conheceram o caminho da paz. 18 Não há temor de Deus diante de seus olhos.

Leia Isaías cinqüenta e nove, antes de prosseguir no estudo.

Isaías não estava a protestar aqui os crimes de sangue, embora eles são reprováveis diante de Deus.

O texto de Isaías fala da natureza decaída do homem e o que ela pode produzir. Só é possível entender na plenitude o texto de Isaías quando se está de posse da compreensão da figura da árvore: “Ou fazei a árvore boa e o seu fruto bom, ou fazei a árvore má o seus fruto mau, pois pelo fruto se conhece a árvore” (Mt 12:33).

Como todos os homens estão debaixo do pecado (v. 9), ao citar Isaías, Paulo demonstra que todos os homens estão em igual condição quando não estão em Cristo: possuem pés ligeiros para derramar sangue inocente; os caminhos de todos levam a destruição e miséria.

Como os homens percorrem o caminho da destruição, eles não conhecem caminho da paz, ou seja, o caminho que estabelece a reconciliação entre Deus e os homens, que é a graça de Deus por intermédio de Cristo. O homem segue o que há diante dos seus olhos, por isso não seguem o princípio da sabedoria que é Cristo (v. 18).

Justificação

“... aquele que está morto está justificado do pecado” Rm 6: 7.

O Dr. Bancroft ao escrever sobre a justificação, registrou o seguinte:

“O método é divino e não humano. O homem só pode justificar o inocente; Deus justifica o culpado; o homem justifica à base do mérito; Deus justifica à base da misericórdia (...) Se o homem tivesse de ser justificado nesta base, seu caráter moral teria de ser perfeito; mas ninguém é perfeito. ‘Não há homem que não peque.’ ‘Não há salvação por meio do caráter. O que os

homens necessitam e ser salvos de seu caráter.’ “ Emery H. Bancroft, Teologia Elementar, Ed. EBR, ed. 2001, Pág. 256, III. (grifo nosso).

A Bíblia é clara ao dizer que Deus não tem o culpado por inocente “Que guarda a beneficência em milhares; que perdoa a iniquidade, e a transgressão e o pecado; que ao culpado não tem por inocente; que visita a iniquidade dos pais sobre os filhos e sobre os filhos dos filhos até à terceira e quarta geração” (Ex 34:7). Daí surge a pergunta: É possível Deus justificar o culpado sem contrariar a sua própria palavra? É pertinente a colocação de Bancroft? “... não justificarei o ímpio” (Ex 23:7).

Jesus disse que é necessário ao homem nascer de novo e não fez qualquer referência a elementos humanos como caráter, moral e comportamento. O homem é salvo (resgatado) do pecado (vã maneira de viver), ou de seu caráter? Ao termino desta introdução você será capaz de determinar qual a base da justificação em Cristo.

Como se dá a justificação em Cristo?

Para desfazerem a aparente contradição que há em um Deus justo que justifica o homem pecador, alguns pensadores pensam a justificação como um ato de clemência de Deus, no qual Ele inocenta um culpado (pecador).

Outros, tem na justificação um ato de juiz, onde Deus trata o pecador injusto como se fosse justo, porém, a pessoa não é realmente justa. Neste diapasão Scofield diz:

“O pecador crente é justificado, isto é, tratado como justo por causa de Cristo (...) A justificação é um ato de reconhecimento divino e não significa tornar uma pessoa justa” C. I. Scofield, A Bíblia de Scofield com referências, nota à (Rm 3:28). (grifo nosso).

Outros apresentam o amor de Deus como base à justificação. Outros, tem na justificação um ato de Pai, que não leva em conta os erros dos filhos. Para outros, a justificação é um ato de anistia. Outros, que a justificação decorre da soberania de Deus.

Afinal, qual é a base para a justificação para que não haja uma contradição em Deus ser Justo e Justificador daqueles que creem em Cristo?

O humanidade foi declarada culpada em Adão (Rm 5:19). Em Adão todos os homem tornaram-se pecadores e foram destituídos da glória de Deus (Rm 3:23). A salvação de Deus por intermédio de Cristo visa salvar (resgatar) o homem desta condenação (Rm 5:18 b), e conduzi-los para o reino do Filho do seu amor (Cl 1:13).

Jesus ao falar da salvação disse a Nicodemos: “Em verdade, em verdade te digo que quem não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus” Jo 3: 3. Este versículo demonstra que o empecilho à entrada do homem no reino dos céus encontra-se no seu nascimento. Se é necessário um novo nascimento, o antigo nascimento é a causa da impossibilidade do homem ter acesso a Deus. Todos os homens tornaram-se filhos da ira e da desobediência por serem descendentes de Adão.

A parábola das duas portas e dos dois caminho (Mt 7:13 -14), e a figura dos vasos para honra e desonra ilustram esta realidade (Rm 9:21). O acesso à porta larga e ao caminho que conduz a perdição decorre do nascimento em Adão, e o acesso à porta estreita, e ao caminho que conduz a vida, é o novo nascimento. Da mesma forma, os vasos para desonra são criados em Adão Rm 9: 22, e os vasos para honra são criados em Cristo (Rm 9:23).

Para reverter esta impossibilidade aos filhos de Adão, Jesus demonstra por meio do evangelho a necessidade do novo nascimento, onde aqueles que creem em Cristo são de novo gerados, de semente incorruptível, que é a palavra de Deus (1Pe 1:3 e 23).

A condenação se deu em Adão, e a salvação se dá em Cristo, por intermédio do lavar regenerador. Aqueles que creem são gerados de novo, para uma viva esperança pela ressurreição de Cristo.

Os nascido de Adão foram declarados culpados e pesa sobre eles a condenação. Os nascidos de novo são justificados, ou seja, após serem criados em verdadeira justiça e santidade, a nova criatura, ou o novo homem por ser JUSTO é declarado justo por Deus.

É certo que o homem é declarado culpado por Deus por causa de uma condição adquirida em Adão. Por que Deus declararia o homem justo, se esta não é a sua real condição? Se a condenação do passado afetou toda a humanidade, por que a justiça de Cristo não é efetiva hoje?

Desta análise decorre que a justificação não é um ato de juiz, não é um ato de Pai e também não é uma ato judicial. Ou seja, a justificação decorre de um ato criativo da parte de Deus.

- Deus jamais declarará o ímpio inocente (Ex 23:7).
- O pecador jamais será tido por inocente (Nm 14:18), visto que, 'a alma que pecar esta mesmo morrerá (Ez 18:4).
- A pena não pode passar da pessoa do transgressor (Dt 25:1).
- Outra pessoa não pode sofrer a pena no lugar do transgressor (Ez 18:4).

Os princípios que constam da lei são todos levados em conta quando da justificação do homem, sem contradição alguma. Ao justificar o homem que crê em Cristo, Deus é justo e a sua declaração de justo não é direcionada a um ímpio tido por inocente.

O homem sem Cristo está morto em delitos e em pecados (Ef 2:1). A condição de morto decorre da queda em Adão, porém, aquele que está morto para Deus vive para o mundo.

A Bíblia nos informa que Cristo, enviado ao mundo, é o único acesso dos homens a Deus. Ele é o novo e vivo caminho consagrado em sua carne (Hb 10:20). Cristo morreu pelos injustos, ou seja, a morte dele foi a favor dos injustos. Todos quantos creem no sacrifício de Cristo tornam-se participantes de sua morte, e efetivamente morrem juntamente com Ele (Rm 6:6 -7), e passaram a viver para Deus (Ef 2:5).

Quando o velho homem, a velha natureza é crucificada com Cristo, cumpre-se o que determina a lei: o pecador não será tido por inocente; a alma que pecar, esta mesma morrerá, e; a pena não passa do transgressor. Ao unir-se com Cristo na sua morte, o homem deixa de viver para o mundo, e é justificado do pecado Rm 6: 6, e declarado justo por Deus (Rm 5:1).

Sabemos que o nosso velho homem, a velha natureza herdada em Adão, foi crucificada em Cristo Rm 6: 6. O corpo do pecado foi desfeito por meio da nossa união à morte de Cristo, e não mais servimos ao pecado (Rm 6:18). Fomos plantados juntamente com Cristo, na semelhança da sua morte (Rm 6:5). Através da comunhão com Cristo tornamos participante da sua morte, e de fato morremos com Cristo (Cl 3:3). Recebemos a circuncisão de Cristo, que é o despojar (desfazer) do corpo da carne herdada em Adão (Cl 2:11).

Quando o homem aceita a Cristo, ele é convidado a tomar a sua própria cruz, e seguir após Cristo (Mt 16:24). Ao seguir após Cristo, a lei de Deus é estabelecida: o ímpio, o pecador, o injusto recebe a pena determinada: a morte. Há o despojar do corpo da carne. A natureza condenada de Adão juntamente com o corpo que pertencia ao pecado é sepultada.

Após a união com Cristo na sua morte, dá-se o milagre da regeneração e justificação. Este é consequência daquele, e após a regeneração, se dá a justificação. Como?

Após tornar-se participante do corpo e do sangue de Cristo (Jo 6:54 -56), o velho homem é sepultado a semelhança de Cristo (o batismo representa esta verdade), e ressurge um novo homem, criado segundo Deus, em verdadeira justiça e santidade (Ef 4:24).

Este novo homem vem a existência por intermédio de Cristo. É uma nova criatura em Cristo. Quando o homem regenerado surge dentre os mortos (Ef 2:1), ele é declarado justo, pois esta é a sua nova condição perante Deus.

Deus é luz, e nele não há trevas nenhuma. Deus é a verdade, e jamais haveria de declarar como sendo justo, alguém que não é efetivamente justo. Deus não representaria uma farsa diante dos homens, tratando os injustos como justos, sem que tais homens sejam de fato justos.

A declaração de Deus é taxativa: **“Eis que faço nova todas as coisas”** (Ap 21:5). Como Cristo morreu por todos os homens, logo, todos os que aceitam o seu sacrifício morreram (2Co 5:14). Deixamos de viver para o mundo e passamos a viver para Deus (2Co 5:15). A nova vida em Cristo dá ao homem uma nova condição diante de Deus e dos homens: passamos a condição de nova criatura. Somos criados à imagem daquele que nos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz. Deixamos a condição de filhos das trevas, e passamos a condição de filhos de Deus.

As coisas do velho homem, como a condenação, a ira, a carne, o pecado, todas elas já passaram, e em Cristo, eis que tudo se fez novo. Cristo se fez pecado para que sejamos feitos, ou seja, criados justiça de Deus **“Àquele que não conheceu pecado, o fez pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus”** (2Co 5:21) (grifo nosso). A justificação tem a sua base em um ato criativo de Deus, onde ele faz surgir um novo homem, que é declarado justo por ser

verdadeiramente justo.

As palavras traduzidas por 'justificar' e justificação' significam, segundo a ideia Bíblia 'declarar justo', 'declarar reto' ou 'isento de culpa ou castigo', condição esta possível após o homem ser gerado de novo, por intermédio de semente incorruptível (1Pe 1:3 e 23).

Deus declara justo somente aquele que é efetivamente justo, condição esta que se dá por meio da filiação divina (Jo 1:12). Todos quantos creem em Cristo, recebem poder para serem feitos, ou seja, criados filhos de Deus. Estes são de novo criados, não segundo a semente de Adão, mas através da palavra e do Espírito (Jo 3:5), conforme o prometido nas Escrituras “Então espargirei água pura sobre vós, e ficareis purificados; de todas as vossas imundícias e de todos os vossos ídolos vos purificarei. E dar-vos-ei um coração novo, e porei dentro de vós um espírito novo; e tirarei da vossa carne o coração de pedra, e vos darei um coração de carne. E porei dentro de vós o meu Espírito, e farei que andeis nos meus estatutos, e guardeis os meus juízos, e os observeis” (Ez 36:25 -27).

A justificação se dá por intermédio da Palavra de Deus, uma vez que é Ele quem fez espargir água pura sobre os homens. Através da palavra, o homem fica limpo e purificado. Por que? Como?

Ao homem é dado um coração novo e um espírito novo (Regeneração), conforme Jesus disse a Nicodemos, necessário vos é nascer da água e do Espírito. Após o homem nascer de Deus (Espírito) e da sua Palavra, será declarado justo, conforme predisse o salmista Davi: “Cria em mim, ó Deus, um coração puro, e renova em mim um espírito reto” (Sl 51:10).

Como apagar as transgressões dos homens? Como torná-los puros e limpos? Como resgatá-los da condenação de Adão? (Sl 51:5 e 7 e 10). Somente após a morte da velha natureza e por intermédio de uma nova Criação. Esta condição só é possível após a circuncisão do coração!

Sabemos que qualquer incisão no coração é morte. Após a circuncisão não realizada por mãos humanas, o homem é agraciado com um novo coração e um espírito reto.

Após entendermos como se dá a justificação em Cristo, percebe-se que não há contradição alguma em Deus ser Justo e Justificador. Percebe-se que a

justificação não é um ato judicial ou forense. Percebe-se que Deus não tem o culpado por inocente. Estamos alegres em saber que Deus cria (torna) o homem justo e o declara justo. O crente é declarado justo, porque é justo em Cristo Jesus.

O homem precisa ser salvo da condenação do pecado para que possa receber a declaração de justo da parte de Deus. Deus exerce misericórdia, mas isto não quer dizer que ele receba o culpado como se fosse inocente. Deus só justifica o inocente, aquele que de novo é nascido, sem levar em conta méritos, caráter, moral, conduta, etc. Amém.

Capítulo III

19 Ora, nós sabemos que tudo o que a lei diz, aos que estão debaixo da lei o diz, para que toda a boca esteja fechada e todo o mundo seja condenável diante de Deus.

Paulo demonstra que os destinatários detinham um conhecimento comum “Ora, nós sabemos que...”. Os cristãos sabiam que a lei só teria serventia àqueles que tem um vínculo com ela. Tudo que há expresso na lei, foi dito aos judeus (aos que estão debaixo da lei), e isto os destinatários de Paulo sabiam. Porém, o restante da declaração de Paulo provavelmente não era de conhecimento de todos, uma vez que o apóstolo aponta a finalidade da lei: fechar a boca dos judeus.

A lei fecha a boca aos judeus por ser impossível justificar-se por intermédio das obras da lei. Isto por dois motivos:

- a) a lei é espiritual, e o homem é carnal, e;
- b) se o homem guardar a lei e tropeçar em um único quesito, tornou-se culpável. Não há como gloriar-se com a boca fechada.

A lei, que muitos entendiam que elevava os judeus a uma condição superior, somente deixou todos os homens em igual condição: condenáveis diante de Deus.

20 Por isso nenhuma carne será justificada diante dele pelas obras da lei, porque pela lei vem o conhecimento do pecado.

Se a lei deixa todos os homens condenáveis diante de Deus, resta concluir que as obras decorrente da lei não justificará o homem. Se alguém ainda fazia distinção entre os homens, Paulo enfatiza que todos são carne, e nenhuma carne será justificada pelas obras da lei.

Todos que se deparam com a lei, somente chegam a conclusão de que são pecadores. Por ela vem o conhecimento do pecado, ou seja, o homem toma ciência de uma condição que desconhecia.

21 Mas agora se manifestou sem a lei a justiça de Deus, tendo o testemunho da lei e dos profetas;

A exposição do apóstolo Paulo retorna a ideia demonstrada nos versículos dezesseis e dezessete do capítulo um.

A justiça de Deus é manifesta sem qualquer dos elementos pertinentes à lei. Paulo especifica o tempo em que a justiça de Deus se manifestou aos homens: agora. A autenticidade do que foi manifesto é demonstrado por intermédio da lei que os judeus não conseguiram cumprir, e dos profetas que eles perseguiram (At 7:52).

22 Isto é, a justiça de Deus pela fé em Jesus Cristo para todos e sobre todos os que creem; porque não há diferença.

A justiça que os judeus reputavam ter alcançado por intermédio da lei, Paulo demonstra que ela é alcançada pela fé em Cristo; a justiça de Deus é destinada (para) a todos quantos creem. Todos quantos creem já foram agraciados com a justiça, visto que ela é 'sobre' quem crê.

Como a justiça de Deus é para todos, e sobre todos os que creem, isto demonstra que a justiça de Deus é efetiva na vida do cristão hoje (agora).

Observe a diferença no tempo verbal da palavra 'manifestar' nos versículos 21 deste capítulo, e os versículo 18 e 19 do capítulo um. O versículo 21 demonstra que agora se 'manifestou' a justiça de Deus para os que creem, e esta justiça manifesta livra o homem do juízo que se deu em Adão. Já os versículos 18 e 19 do capítulo um, fazem referência à manifestação da ira, e esta contempla a

impiedade e injustiça dos homens (que detém a verdade em injustiça) que foram condenados em Adão.

Quando Paulo reitera que 'não há diferença', demonstra que a palavra 'todo' da frase anterior engloba a ideia de que tanto judeus quanto gregos são justificados por meio da fé.

23 Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus;

Como todos pecaram, a justificação é destinada a todos quantos creem. Judeus e gentios pecaram, e ambos foram destituídos da glória de Deus. Este versículo reforça a ideia de que a justificação por meio da fé contempla todos os homens, 'porque não há diferença'.

Ao apresentar o motivo pelo qual a graça de Deus destina-se a todos os homens que creem, o apóstolo Paulo acaba por deixar um alerta implícito: todos os homens pecaram, e todos os homens estão destituídos (privado, demitido) da glória de Deus.

Quando, onde, como e por quê todos os homens pecaram? Observe que Paulo não apresentou nenhuma conduta específica dos homens que os deixou na condição de pecadores. Esta declaração de Paulo (todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus) é muito importante e auxilia na definição do que é pecado e como se dá a justificação.

24 Sendo justificados gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus.

Todos os homens que pecaram e que foram destituídos da glória de Deus, através da redenção que há em Cristo, são justificados (declarados justos) pela graça de Deus (sem qualquer ônus).

Quando justificado pela graça que há em Deus pela redenção que há em Cristo, a condição do homem que foi apresentado no versículo vinte e três é plenamente desfeita.

Todos os homens foram declarados culpados por nascerem de Adão “o que é nascido da carne, é carne...” (Jo 3:6), ou seja, todos são pecadores e destituídos estão da glória de Deus (v. 24).

Agora, quando os declarados culpados em Adão, creem em Cristo, estes nascem de novo, e esta nova criatura, criada em Deus é declarada justa diante d’Ele. Este novo homem passa a ser participante da glória de Deus (por ser participante da natureza divina decorrente da filiação), e deixa a condição de pecado (condenado).

Em linhas gerais, redenção é valor pago que concede uma nova condição ao homem agraciado.

25 Ao qual Deus propôs para propiciação pela fé no seu sangue, para demonstrar a sua justiça pela remissão dos pecados dantes cometidos, sob a paciência de Deus;

O ‘valor pago’ por Cristo (a medida exata do que é exigido por Deus Justo e Santo), é o que expia, ou propicia a extinção do pecado que pesa sobre o homem. Ou seja, Cristo, a redenção, foi proposto por ser ‘a oferta que visa a expiação’ dos pecados daqueles que pela fé torna-se participantes de Cristo.

A redenção e a propiciação estão intimamente ligadas. Enquanto esta diz do que é suficiente para a expiação, ou abolição dos pecados, aquela diz do valor estipulado para o homem ser livre da condenação em Adão.

Cristo foi proposto por Deus para:

- a) demonstrar a sua justiça, e;
- b) demonstrar a sua justiça neste tempo presente.

Demonstrar: ‘provar mediante raciocínio concludente; comprovar; mostrar; evidenciar; dar a conhecer; revelar-se, etc’.

A remissão (liberdade) dos pecados é uma mostra, uma evidência, da justiça de Deus. Somente a justiça de Deus em Cristo pode dar liberdade ao homem ao expiar os seus pecados.

A justiça de Deus livra o homem da condenação em Adão e do julgamento de obras no tribunal do Trono Branco, ou seja, pecados. É por isso que Paulo diz que 'nenhuma' condenação há para os que estão em Cristo. A palavra 'nenhuma' deixa subtendido que pesa mais que uma condenação sobre os homens sem Cristo.

26 Para demonstração da sua justiça neste tempo presente, para que ele seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus.

Cristo é uma evidência da justiça de Deus neste 'tempo presente'. Para o agora (Rm 8:1)!

A justiça evidenciada em Cristo ao libertar o homem do pecado é porque Deus é justo e justificador dos que creem em Cristo. Como conciliar os atributos justo e justificador? Deus não pode tomar o culpado por inocente (Ex 34:7).

27 Onde está logo a jactância? É excluída. Por qual lei? Das obras? Não; mas pela lei da fé. 28 Concluimos, pois, que o homem é justificado pela fé sem as obras da lei.

A atitude presunçosa dos judeus acaba por ser excluída diante da regra da fé, pois todos os homens somente são justificados pela fé em Cristo. Todos são pecadores; todos são culpáveis, mas a justiça mediante a fé é sobre todos, sem exceção.

A conclusão de Paulo para os cristãos em Roma é: o homem, não importa quem ele seja, é justificado pela fé, sem as obras estipuladas pela lei.

29 É porventura Deus somente dos judeus? E não o é também dos gentios? Também dos gentios, certamente,

Sem esquecermos da pergunta: "Qual é pois a vantagem do judeu?" (Rm 3:1), Paulo reitera: "É porventura Deus somente dos judeus?" (v. 29). Embora a palavra de Deus tenha sido confiada aos judeus, quanto à questão da salvação, eles não obtiveram vantagem alguma. Primeiro, porque Deus não faz acepção de pessoas, e segundo, a salvação sempre foi por meio da fé em todos os tempos.

Mesmo após a entrega da lei, Moisés anunciava: “Circuncidai, pois, o prepúcio do vosso coração...” (Dt 10:16), circuncisão esta, que somente é obtida por meio da fé em Deus.

Qualquer presunção de superioridade é desfeita ao analisar a pergunta: “É porventura Deus somente dos Judeus?”. Qualquer resposta em contrário, seria o mesmo que desmentir a lei e os profetas: “DO SENHOR é a terra e a sua plenitude, o mundo e aqueles que nele habitam” (Sl 24:1).

30 Visto que Deus é um só, que justifica pela fé a circuncisão, e por meio da fé a incircuncisão.

Quando Deus estabeleceu a fé como único elemento de se ter acesso à sua justiça, a lei é cumprida. Deus é um só que justifica a todos (judeus e gentios) que creem em Cristo.

É neste diapasão que Cristo afirmou: “Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas: não vim ab-rogar, mas cumprir” (Mt 5:17).

O que Deus disse? “...em ti serão benditas todas as famílias da terra” (Gn 12:3).

O que os profetas anunciaram? “Assim diz o Senhor DEUS: Eis que levantarei a minha mão para os gentios, e ante os povos arvorarei a minha bandeira...” (Is 49:22).

O que a lei instituiu? “Regozijai-vos, ó gentios, com o seu povo...” (Dt 22:43).

Por meio da fé cumpre-se o que foi dito por intermédio da lei e dos profetas. É Deus quem justifica gregos e judeus pela fé em Cristo!

Os líderes religiosos e muitos do povo à época de Cristo pensavam na lei e nos profetas como sendo ‘regras sobre regras’, e muitos ainda hoje pensam que Cristo, ao ter anunciado que veio cumprir a lei e os profetas, estava fazendo referência aos ritos e cerimoniais presentes na lei mosaica. É certo que Cristo, como judeu, cumpriu com os cerimoniais da lei, porém, vale salientar que: ele não revogou (anulou) a lei ou os profetas, antes os cumpriu (estabeleceu), ao destruir a parede de separação, a barreira de inimizade, ao reconciliar ambos (judeus e gentios) em um só corpo (Ef 2:13 -18).

Cristo cumpriu a lei e os profetas ao evangelizar a paz “a vós que estáveis longe, e aos que estavam perto”, e por Cristo ambos (judeus e gentios) obtiveram acesso ao Pai em um mesmo Espírito, por meio da fé.

“Porque a promessa vos diz respeito a vós, a vossos filhos, e a todos os que estão longe, a tantos quantos Deus nosso Senhor chamar” (At 2:39).

31 Anulamos, pois, a lei pela fé? De maneira nenhuma, antes estabelecemos a lei.

Como o evangelho de Cristo confirma a lei? Um dos princípios da lei é a não aceção de pessoas, e a fé é o elemento que viabiliza a gregos e judeus o acesso à justiça de Deus.